

DELIMITAÇÃO DE SISTEMAS SOCIAIS

CHARLES REGINALD GIRDWOOD*

O modelo de concepção e análise de sistemas sociais que hoje predomina nos campos da administração, da ciência política, da economia e da ciência social em geral é unidimensional, uma vez que reflete o paradigma moderno que pressupõe o mercado como categoria primordial de ordenação das relações pessoais e sociais.

Como resultado, a teoria organizacional corrente é vista como unidimensional, porque inteiramente alicerçada em critérios alocativos ditados pelo sistema de mercado. Assim, os modelos alocativos predominantes apóiam-se numa concepção muito circunscrita de recursos e de produção. Em tais modelos, recursos e produção são vistos apenas como insumos e produtos de atividades de natureza econômica. Em outras palavras, é o mercado que, em última análise, determina o que deve ser considerado como recurso e como produção.

Nestes termos, não se consideram formalmente contribuintes da riqueza nacional os empreendimentos de indivíduos que, sem receberem salários, desempenham uma gama de atividades familiares, tais como cozinhar, limpar, costurar, plantar verduras, cuidar de doentes, etc. Do mesmo modo, o cidadão que, sem receber remuneração, participa de reuniões de associação de bairro, conjuntos artísticos, reuniões da igreja, encontros educacionais, etc., não é computado como recurso.

* Ex-superintendente do Centro de Tecnologias Organizacionais da Funcep e consultor de organização. (Endereço do autor: Praia de Botafogo, 96/1806 — 22.250 Rio de Janeiro, RJ.)

* Este artigo é uma síntese de diversos trabalhos sobre o tema da delimitação de sistemas sociais, de autoria de Alberto Guerreiro Ramos e de outros estudiosos; especificamente Guerreiro Ramos, Alberto. Theory of social systems delimitation: a preliminary statement. *Administration and Society*, Beverly Hills, Sage Publications, 8(2):249-72, Aug. 1976; ———. *The new science of organization, a reconceptualization of the wealth of nations*. Toronto, University of Toronto Press, 1981. cap. 7, Theory of social systems delimitation: a paradigmatic statement. cap. 9, Paraeconomy, paradigm and multicentric allocative model. cap. 10, Overview and prospects of the new science; Najjar, G. K. Social systems delimitation and allocative mechanisms: perspectives on budgeting for development. *Administration and Society*, cit., 9(4):495-517, Feb. 1978; Dennis, C. M. Mutually supportive inter-action or delimitation: alternative theory for social systems design. *Administration and Society*, cit., 10(3):371-76, Nov. 1978; ———. *Economic efficiency and equality: achieving equity through market delimitation*. Monografia de circulação restrita na University of Southern California, 1979.

Em países periféricos, convencionou-se que uma grande parte da população que trabalha como “camponês” não seja considerada produtiva, na medida em que o produto de suas atividades não é comercializado. Daí a noção de “economia dual”, significando a existência de populações vivendo em áreas não incluídas no mercado. Em outras palavras, o fenômeno da “economia dual” é entendido como a coexistência, numa nação, de contextos rurais auto-sustentáveis — onde as pessoas produzem para si uma grande parte dos bens e serviços que consomem diretamente — e de sistemas orientados para o lucro — onde as pessoas são essencialmente detentoras de empregos de onde extraem seus salários e a capacidade de adquirir os bens e serviços de que necessitam. Tradicionalmente, tal fenômeno é visto não só como típico de países periféricos, mas também associado a um estado de subdesenvolvimento ou de atraso. Esta visão decorre do fato de que as abordagens tradicionais à dinâmica do desenvolvimento inferem que o aumento no volume de atividades de troca e a expansão espacial do mercado são essenciais ao desenvolvimento. Tais abordagens tradicionais encerram, naturalmente, uma visão distorcida, uma vez que conferem ao mercado o papel de referencial básico para o processo de alocação de recursos.

A sociedade centrada no mercado e o caráter social que ela engendra são eventos recentes na história. Foram formados na esteira de uma revolução industrial consumada em alguns poucos países cêntricos ocidentais. Essa transformação não pode ser considerada como o único caminho que tais países poderiam ter tomado nos últimos 300 anos. Vítima da interpretação ilusória deste fato consumado como sendo o resultado de um desenrolar necessário da história, a ciência social convencional postula que a sociedade centrada no mercado, e o caráter social disso resultante são marcos de referência, ou parâmetros, segundo os quais se deva avaliar a história passada e presente da humanidade.

Assim, apesar de suas reiteradas alegações de isenção de valor, a ciência social contemporânea é de fato normativa, na medida em que, na teoria e na prática, nada mais é do que um conjunto de critérios de análise e concepção de sistemas sociais induzidos a partir de uma configuração histórica específica. Como consequência, a economia convencional, sendo, como é, uma sistematização dos padrões de raciocínio inerentes ao sistema de mercado, infere que os critérios de avaliação do bem-estar social são os mesmos para todos os países. Dentro desta linha de raciocínio, vemos autoridades governamentais de nações periféricas formularem e implementarem políticas de alocação que são expressões da síndrome de privação relativa e do efeito-demonstração. A lógica dessas autoridades, assim como a lógica do setor intermediário de tais nações periféricas, constituem, pois, fator significativo de um sistema alocativo pervertido.

É nesse sentido que a economia convencional constitui o componente ideológico da revolução industrial clássica. Na melhor das hipóteses, serve como um instrumento conceitual para explicar os processos característicos da sociedade centrada no mercado. Não oferece, contudo, o referencial conceitual para se compreender e lidar com os problemas básicos de alocação, comuns a todas as sociedades. Embora incorpore contribuições de pensadores oriundos da França e de outros países europeus, em seus termos dominantes representa, essencialmente, uma ideologia anglo-saxônica. Desde o seu início estava fadada a tornar-se a linha principal das políticas cognitivas, através das quais as nações industriais hegemônicas do ocidente induziriam o resto do mundo a emular sua propensão expansiva.

O modelo de alocação centrado no mercado, baseado em relações de troca, e o cálculo que ele implica, há muito dominam o clima intelectual das ciências sociais, principalmente da economia, que tem demonstrado um interesse sistemático na alocação de recursos.

Ultimamente, entretanto, começou-se a dispensar atenção a outra importante linha de alocação, onde o elemento de troca perde sua importância central. Esta linha de alocação é essencialmente unidirecional, no sentido de que implica uma transferência de recursos de um ator para outro sem a necessária provisão, ou condição, de um retorno imediato, ou de um fluxo equivalente, do receptor para o originador da transação. As transferências de recursos deste tipo, transferências unidirecionais, podem ser mais bem descritas, ou caracterizadas, como concessões (*grants*) ou doações (*gifts*), cujo objetivo básico é o de promover um sentido de participação ou associação entre aquele que dá e aquele que recebe, salientando o fato de que ambos pertencem ao mesmo contexto social e institucional. Embora as transferências unilaterais possam diferir, sob vários aspectos, do modelo de troca característico da sociedade centrada no mercado, basta citar que tais transferências unilaterais pretendem, muitas vezes, compensar alguns dos desequilíbrios criados pela economia de troca centrada no mercado. Quer assumam a forma de doações privadas ou públicas, servem o propósito de promover uma redistribuição de recursos com base numa lógica que transcende a mera eficiência, sendo canalizadas através de mecanismos extramercado e usadas não só para mudar o quadro dos diferenciais de recursos, mas também para criar possibilidades institucionais que não têm lugar num contexto de mercado.

É importante ter em mente que as transferências uni e bilaterais não são mutuamente excludentes, uma vez que o mercado continuará, obviamente, a ser indispensável para a produção e prestação de muitos tipos de bens e serviços. Assim, ambas são necessárias a uma abordagem mais racional de alocação de recursos, que pode contemplar não só considerações de eficiência, economia e condições ótimas, mas também equidade e estabilidade sistêmica. As transferências unilaterais podem servir como meio de assegurar que aquelas áreas não-enquadradas nos parâmetros do sistema de mercado possam, não obstante, ser beneficiadas, e de proteger a sociedade contra o consumismo desregrado, a deterioração constante da qualidade de vida, e a perda de sentido de identidade histórica e de propósito numa comunidade.

Por isso, doações devem refletir, principalmente, prioridades alocativas destinadas a lidar com patologias sociais criadas pela operação irrestrita do mercado e ajudar a prover o recurso básico para instituições sociais alternativas, onde os indivíduos possam engajar-se em atividades que transcendam as limitações funcionais necessariamente prevalentes no mercado.

As sociedades industriais avançadas enfrentam problemas graves, muitos dos quais surgem em consequência dessa superexpansão do sistema de mercado. Além dos males econômicos mais prontamente reconhecíveis, como inflação, recessão, estagflação, desemprego, etc., existem ainda problemas ambientais, tais como poluição, decadência urbana e outras facetas da síndrome da deterioração da qualidade de vida. Há ainda outros problemas mais sutis, criados pela tendência do setor de trocas do mercado de levar, em função de sua predominância, a uma orientação unidimensional no desenho de macro e microsistemas sociais. Esta unidimensionalização de padrões de vida em sociedades industriais avançadas significa que o mercado e sua operacionalidade padronizada penetram,

ou se fazem presentes, em praticamente todas as facetas da vida e imperceptivelmente invadem o espaço psicológico interior do indivíduo, criando nele uma constante sensação de privação relativa, induzindo-o a centrar sua vida em torno de hábitos de consumo em constante mutação.

Este estado de coisas é que desperta um interesse na delimitação de sistemas sociais como um esforço no sentido de alertar a sociedade para o estabelecimento de limites e fronteiras dentro dos quais é permitido ao sistema de trocas do mercado operar de forma irrestrita. Quando, mediante uma perspectiva delimitante, se reconheçam os limites e a natureza do componente da sociedade caracterizado pelo sistema de trocas centrado no mercado, esforços poderão ser enviados no sentido de conceber microssistemas alternativos onde os seres humanos objetivem interesses estranhos à configuração do mercado.

Nesse sentido propomos um paradigma alternativo de delimitação de sistemas sociais, o qual denominaremos de paradigma paraeconômico. O termo "paraeconômico" é empregado para qualificar uma abordagem à análise e concepção de sistemas sociais na qual o escopo das economias na sociedade como um todo é delimitado, ao invés de constituir a única força social e o único critério. Uma paraeconomia faz-se necessária, sob a forma de uma teoria política substantiva de alocação de recursos e de transações ótimas entre os enclaves sociais, transações estas necessárias a uma melhoria qualitativa da vida social dos cidadãos. Um postulado sistemático de tal teoria não foi ainda desenvolvido, embora já existam contribuições fragmentárias para sua elaboração. No discurso e na ação já existem muitos paraeconomistas, isto é, indivíduos que vêm tentando implementar cenários que representem alternativas a instituições centradas no mercado. O paradigma paraeconômico é uma proposta de modelo voltada para a análise e concepção de sistemas sociais que considera o mercado como um entre vários enclaves existentes na sociedade, cada qual possuindo suas próprias características e exigências. Ao contrário da visão corrente, não confina a teoria organizacional como sendo inteiramente inserida dentro do critério alocativo do sistema de mercado.

Ponto fundamental do nosso modelo alternativo é a noção de delimitação organizacional. Esta noção implica: a) uma visão da sociedade como sendo constituída de uma variedade de enclaves nos quais o homem ocupa-se de ações substantivas de tipos nitidamente distintos, porém verdadeiramente integrativos; b) um sistema de governança social capaz de formular e implementar políticas (*polícies*) e decisões alocativas necessárias às transações ótimas entre esses enclaves sociais. A teoria de delimitação de sistemas sociais não ignora a legitimidade do mercado mas, ao contrário, categoriza outros legítimos enclaves sociais alternativos. A teoria de delimitação social torna-se necessária a fim de superar o pensamento unidimensional prevalecente na análise e concepção de sistemas sociais.

Assim, no paradigma paraeconômico, a economia deve ser apenas uma entre uma variedade de contextos sociais. Não apenas a economia mas toda uma gama de contextos, cada qual desempenhando seus próprios requisitos funcionais, tornam-se necessários ao bem-estar social e individual. Somente quando o indivíduo é, acidentalmente, um maximizador de utilidade no contexto de mercado, poderá ele lograr sua total realização pessoal. Contudo, para que a realização pessoal possa ocorrer, na acepção conferida a esse termo por Guerreiro Ramos, o indivíduo deve libertar-se da dependência total do mercado em sua qualidade de economizador, ou seja, de um sistema comportamental que sim-

plesmente reage a preferências induzidas e que funciona de modo instrumentalmente racional e lograr algum grau de auto-suficiência como um confrontador, isto é, um ator exercendo uma larga gama de escolhas pessoais e funcionando de modo substantivamente racional.

Delimitação implica, portanto, uma formulação alternativa de três pressupostos principais da nossa sociedade atual. A primeira alternativa é a de que a natureza do homem compreende a busca de uma vida de qualidade e a consciência de que o alcance dessa qualidade requer um ambiente social alicerçado na diversidade e não na uniformidade de contextos sociais. A segunda é a de que há *muitos* tipos de motivação. O adequado gerenciamento do indivíduo e da sociedade é função da seleção e aplicação da forma mais apropriada de motivação, segundo a variedade de contextos sociais em que nos movemos, e não a redução de todo o problema de motivação a uma única dimensão da natureza humana. A terceira alternativa é a de que o bem-estar do indivíduo e da sociedade não é função da extensão da empresa produtiva — neste caso, o mercado. Estas mudanças, vale ressaltar, não são tão radicais quanto parecem; simplesmente representam uma mudança de ênfase em relação às noções já inerentes, mas ainda ocultas, no nosso entendimento de igualdade. Paralelamente a essas mudanças nos pressupostos, há que haver mudanças também na posição relativa conferida pela sociedade ao subsistema produtivo e ao papel do governo face ao mercado.

Neste sentido é que a delimitação implica também delimitação do mercado. Como pode isso ocorrer? A delimitação do mercado pode ocorrer mediante a remoção de alguns processos produtivos, tais como a troca baseada em preço do sistema de mercado. Isso compreende, na verdade, uma reversão do processo de conversão de valores de uso em valores de troca. Esta reversão deve também implicar o desenvolvimento de maiores habilidades de autodependência na nossa sociedade, assim como, igualmente, o desenvolvimento de uma ética de suficiência como reforço à autodependência. No momento, exemplos dessa reversão, sem dúvida incipientes, já existem, muito embora não sejam ainda alternativas viáveis para a grande maioria das pessoas que são dependentes da sua participação no processo produtivo do mercado (basicamente como assalariados).

Obviamente, o sucesso na delimitação do mercado depende de alguma disponibilidade de capital — isto é, de meios de produção — como forma de atender algumas satisfações, independente de participação no mercado. Uma abordagem à delimitação do mercado exigiria, teoricamente, para melhorar a posição relativa de um mesmo número de pessoas carentes numa dada população, cerca de metade do volume de capital redistributivo que seria necessário, pelos meios tradicionais de redistribuição. Supõe-se que a razão para isso seja o fato de que o volume de capital necessário para elevar o nível de autodependência e auto-satisfação de um grupo de pessoas, através da delimitação, seria menor do que o volume necessário para tornar o mesmo grupo de pessoas suficientemente competitivo no sistema de mercado, de modo a atingir grau semelhante de satisfação e/ou de benefícios materiais.

Uma abordagem delimitativa deveria resultar num aumento da eficiência econômica na medida em que: a) uma gama maior de possibilidades de escolha se apresenta disponível para a realização do bem-estar, isto é, a determinação do bem-estar não depende do volume de comodidades/serviços produzidos para trocas; b) os indivíduos que se encontram dependentes de atividades tradicionais

de produção e atingiram seu nível de incompetência em tais atividades e/ou estão insatisfeitos com sua vida de trabalho, teriam outras alternativas produtivas.

Qual seria o papel do governo numa estratégia de delimitação? Sem dúvida as finanças públicas, como no passado e no presente, devem desempenhar um papel operacional chave em qualquer estratégia alternativa de delimitação social. Assim, o governo desempenharia todos os seus papéis tradicionais relacionados com as finanças públicas, acrescidos de dois novos papéis. O primeiro desses novos papéis seria o de atuar como um facilitador de “sistema de aprendizagem” destinado a acumular ou difundir informações relativas às técnicas e tecnologias voltadas para o aumento da autodependência. O segundo seria o de utilizar os mecanismos de concessões (*grants*) de modo a facilitar a implementação dessas mesmas técnicas e tecnologias. Em suma, mediante tais atividades o mercado, como agora o conhecemos, seria menos extenso, porém mais eficiente em termos de produção dentro de sua esfera de influência. Daí resultaria maior eficiência econômica *societal* em termos de maximização do bem-estar, consistente com maximização da produção baseada no mercado e externa ao mercado. Sem dúvida, certos pressupostos de alocação, distribuição e estabilização, que até agora têm orientado o desempenho das funções das finanças públicas, devem também ser revistos segundo uma estratégia delimitativa. De acordo com tal conjunto de pressupostos revisados, a palavra “pública”, em finanças públicas, assume novo sentido. Deixa de associar a idéia de “pública” como um apêndice do mercado. Ao contrário, pública reveste-se de uma nova e distinta possibilidade dimensional.

Segundo este conjunto de pressupostos, o desempenho das funções de finanças públicas seria mais claramente a manifestação de decisões políticas, enquanto que agora considera-se expediente, em termos de uma estratégia econômica eficiente de administração de conflitos ocultar este aspecto sob uma fachada de teoria econômica “apolítica”. O paradigma paraeconômico, ao contrário dos modelos centrados no mercado, oferece um arcabouço sistemático para o desenvolvimento de uma linha multidimensional e delimitativa ao processo de elaboração de políticas. Este paradigma, com seu enfoque na alocação de recursos e mão-de-obra nos sistemas microssociais postula que: a) o mercado deve ser politicamente regulado e delimitado como um entre outros enclaves que constituem o tecido social total. Nestes termos a delimitação de sistemas sociais conduz a estratégias de alocação de recursos e mão-de-obra, a nível nacional, que refletem uma integração funcional de transferências uni e bilaterais; b) a natureza do homem se realiza através de várias atividades, entre as quais aquelas exigidas por sua condição acidental de assalariado; c) o desenvolvimento de organizações e instituições eficazes, é, em geral, avaliado do ponto de vista de sua contribuição direta ou indireta ao fortalecimento do senso de comunidade do indivíduo.

Quais são, porém, esses enclaves, ou contextos, que na visão de Guerreiro Ramos constituem o tecido social? As categorias principais de enclaves são identificadas como:

Anomia — conceitualizada como uma situação limitada na qual a vida pessoal e social se anula. O indivíduo anômico tem que ser assistido, protegido ou controlado por instituições tais como asilos, reformatórios, hospitais e prisões. Uma das razões por que tais instituições geralmente agravam a condição anômica das pessoas sob os seus cuidados deve-se a que seu desenho e seu gerenciamento não são sistematicamente compreendidos como pertinentes a um enclave social específico.

Turba — refere-se a uma coletividade destituída de normas, composta de indivíduos que carecem de qualquer sentido de ordem social. Uma sociedade pode, eventualmente, tornar-se propensa a ser abalada por turbas, quando perde representatividade e significado para os seus membros.

Isolado — enquanto o indivíduo anômico e os membros de uma turba não são regidos por normas, o ator isolado, conforme representado no paradigma, encontra-se supercomprometido com uma norma exclusivamente sua. Por uma variedade de razões, o isolado vê o mundo social em geral como inadministrável e sem esperanças. Tais indivíduos podem eventualmente ser considerados casos clínicos de paranóia embora não necessariamente o sejam. Na verdade, boa parcela deles é constituída por assalariados não-comprometidos e cidadãos que sistematicamente ocultam dos outros suas convicções pessoais mais profundas.

Economia — em termos gerais, um contexto organizacional altamente prescritivo estabelecido com o fito de produzir bens e/ou prestar serviços e onde o mercado tende a tornar-se uma categoria abrangente de ordenação da vida individual e social. Uma teoria política e administrativa centrada no mercado, característica da que ora prevalece e é amplamente ensinada, considera que o critério de desempenho eficaz na troca entre indivíduos e economias epitomiza a natureza humana.

Isonomia — um contexto onde os seus membros se relacionam como pares que interagem sob um mínimo de restrições operacionais prescritivas. Característico também de uma isonomia, em contraste com uma economia, é o fato de que as atividades desempenhadas em tal contexto revestem-se de valor intrínseco, uma vez que conferem aos indivíduos um sentido de missão e realização. Os processos decisórios numa isonomia são verdadeiramente participativos e, portanto, não admitem distinção entre governantes e governados. Cada vez mais a isonomia vem-se tornando uma parte do mundo social atual. Talvez não se possa encontrar uma materialização total do conceito que, afinal, serve apenas a um propósito heurístico. Contudo, encontramos exemplos de esforços tentativos de contextos isonômicos em funcionamento nas associações de pais e mestres, nas associações de bairro, nas empresas de propriedade dos trabalhadores, em algumas associações artísticas e religiosas, assim como em muitos outros arranjos recentemente constituídos no qual as pessoas estão, em última análise, em busca de estilos de vida que transcendam os padrões normativos dominantes da sociedade maior.

Fenonomia — um contexto social, esporádico ou mais ou menos estável, iniciado ou conduzido por um indivíduo ou um pequeno grupo, onde prevalece o máximo de escolha pessoal e um mínimo de prescrições operacionais. Trata-se de um contexto para pessoas extremamente criativas que trabalham em projetos pessoais que envolvem habilidades intelectuais ou artísticas. Exemplos de fenonomia podem ser encontrados em artesanatos familiares, artesãos autônomos, assim como nas “oficinas” de indivíduos dos mais diversos talentos. Embora geralmente resistam à penetração do *ethos* do mercado, seus trabalhos podem, eventualmente, ser colocados no mercado, se bem que critérios de natureza econômica sejam ocasionais à motivação dos seus membros. Vale ressaltar que essas categorias constituem tipos ideais na acepção weberiana e que qualquer enclave social concreto será, provavelmente, um sistema misto.

Porque resistem ao mercado e procuram contestá-lo, isonomias, fenonomias e tipos semelhantes de enclaves necessitam, muitas vezes, de uma base de recursos independentes do mercado para sobreviverem. Constitui esta uma área onde as transferências unilaterais revestem-se da maior importância.

Tais transferências podem ser conscientemente empregadas como meio de incentivar e promover o tipo de enclave social confrontador representado pela isonomia e fenonomia, e auxiliar tais enclaves, mediante o financiamento a fundo perdido de recursos extramercado, a se beneficiar das oportunidades de logística, processo e promoção oferecidos pelo mercado sem, contudo, serem por ele totalmente absorvidos. As transferências unilaterais podem, em outras palavras, ser usadas para proporcionar microcosmos sociais extramercado, com a base de recursos de que necessitam para preservar sua autonomia face ao setor de troca da sociedade, e forçar o mercado a atender às necessidades desses microcosmos sociais, nos termos destes. Não se trata, assim, de incompatibilidade, o relacionamento entre enclaves sociais confrontadores, tais como isonomias e fenonomias, e o mercado, mas, ao contrário, de definir claramente fronteiras e atividades.

A possibilidade de formulação de políticas que garantam o emprego de transferências unilaterais como meio de incentivar o desenvolvimento de enclaves do tipo representado por isonomias e fenonomias parece muito promissora em países cêntricos, graças à sofisticação logística, ao grau de inovação institucional, e à crescente preocupação com a qualidade de vida nesses países.

Em países periféricos, contudo, a questão de contornar o mercado e delimitá-lo através da criação de outros tipos de enclaves sociais torna-se muito mais crítica e urgente por duas razões principais. A primeira diz respeito à concepção que têm de modernidade, enquanto que a segunda está relacionada ao momento histórico em que se tornaram conscientes do seu subdesenvolvimento e deram início à tentativa de alterar sua posição na ordem internacional.

Quanto ao conceito dominante de modernidade nos países periféricos, há que se lembrar que esses países vêm, há anos, tentando “alcançar” as sociedades avançadas mediante a emulação não crítica e indistinta das instituições e padrões ocidentais. Dentro deste quadro, o desenvolvimento era visto, em geral, como corporificado na expansão ilimitada do setor de trocas do mercado como meio de superar o problema de “dualismo”. Uma perspectiva delimitativa sugere que a própria noção de dualismo constitui um erro conceitual e que a tarefa urgente com a qual se deparam os países periféricos não é a de como expandir o sistema de mercado, mas, no contrário, como estruturar o mercado de modo que possa servir às necessidades de logística e de processo de toda a sociedade sem, contudo, impor a todos sua lógica e suas limitações.

Com a crise de modernidade que ora domina a literatura, assim como o prestígio de “grupos de referência” seriamente abalado nos países cêntricos, torna-se importante que os países periféricos se conscientizem da importância do seu chamado setor tradicional como representando um ambiente favorável ao desenvolvimento de muitos enclaves do tipo isonomia e fenonomia. Tais enclaves poderão, mediante o recebimento de concessões (*grants*), utilizar as oportunidades de mercado oferecidas pelo setor de trocas da economia, preservando ao mesmo tempo sua autonomia, como contextos de tipos de associação humana simbolicamente enriquecedores. A importância do financiamento, através de transferências unilaterais e de inovações orçamentárias, como garantia de sobrevivência de tais enclaves sociais, é nitidamente patente.

Deve tornar-se cada vez mais evidente para as sociedades periféricas o fato de que, se desejam levar a bom termo os seus esforços de desenvolvimento, terão que redefinir drasticamente seu conceito de desenvolvimento. Isto deveria implicar uma determinação de traçar seu próprio rumo, tratando ao mesmo tempo de evitar muitos dos problemas econômicos e sociais que têm acompanhado e conti-

nuam acompanhando, a excessiva industrialização e o desenvolvimento irrestrito do mercado. Vale ressaltar, mais uma vez, que tais problemas incluem desemprego em massa, deslocamento demográfico, decadência urbana e, como consequência, instabilidade política e convulsões sociais.

Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, os países periféricos de inclinações socialistas não se encontram menos suscetíveis aos problemas acima, não obstante sua prática difundida de utilizar mecanismos de alocação estranhos ao mercado. Tal se dá, basicamente, pelo fato de que a mera existência de concessões (*grants*) é apenas condição necessária, mas não suficiente, para uma abordagem delimitativa, uma vez que muito depende dos propósitos das transferências unilaterais.

Com efeito, as ideologias socialistas em países periféricos possuem um forte ranço modernístico e foram usadas para justificar a adesão a uma visão unidimensional de elaboração de sistemas sociais. Assim, prioridades de alocação de recursos refletem pouco interesse em facilitar o surgimento de enclaves sociais diversificados mas, ao contrário, salientam a necessidade de “modernizar” a infraestrutura econômica através da expansão industrial e de empreendimentos coletivizados. Nestes termos, o cerne da questão que torna relevante a abordagem delimitativa às aflições correntes dos países periféricos não se resume no tipo de linha alocativa que será seguida, mas em saber se entidades voltadas para a eficiência econômica terão permissão para incorporar outras modalidades de configurações sociais através das quais os indivíduos desenvolvam um sentido de comunidade.

Assim, como um modelo que postula uma rede especializada de microcosmos sociais que se apóiam mutuamente, a delimitação de sistemas sociais transcende a dicotomia convencional entre rumos de desenvolvimento capitalista e socialista e oferece aos países periféricos uma alternativa à situação de estarem sempre ofegantes na ânsia de alcançar a parte desenvolvida do mundo. Se, contudo, esta possibilidade vier a materializar-se, uma base de recursos torna-se condição necessária à sobrevivência de enclaves intramercado. Isto implicaria na disponibilidade de transferências unilaterais sob a forma de alocações orçamentárias públicas utilizadas com o propósito de implementar um esquema de políticas de delimitação.

À guisa de reflexões finais, porém não menos importantes, vale salientar como fundamental para a teoria de delimitação de Guerreiro Ramos, na qual a sociedade consiste de uma variedade de enclaves, o fato de que o homem persegue atividades substantivas e organiza os componentes da realidade — espaço, tempo, dimensão, etc. — de modos diferentes. Assim, a unidade primária que dá sentido às coisas é o indivíduo. O homem é singular no sentido de que somente ele possui a capacidade de exercer racionalidade substantiva e, portanto, de descobrir, e não criar, valores. As instituições sociais são estabelecidas como expressões de valor, não a sua fonte. Consistente com este conceito mais parentético do que sociomórfico do homem, Guerreiro Ramos vê a sociedade como sendo estruturada pelo homem, e não o homem estruturada pela sociedade.

Finalmente, não podemos esquecer que o mundo industrial no qual vivemos também se iniciou como uma possibilidade objetiva. Foi moldado através de um processo acumulativo de inovação institucional deliberadamente empreendido por muitos indivíduos. Talvez nos encontremos agora num semelhante estágio incipiente de institucionalização, do qual uma alternativa para a sociedade contrada no mercado — a sociedade multicêntrica ou reticular — possa emergir.

Summary

The model of conception and analysis of social systems is uni-dimensional: thus, the organizational theory is also uni-dimensional, because what are resources and what is production is decided by the market.

In fact, modern societies face serious problems caused by the super-expansion of the market. According to the author, this fact arises the interest on the delimitation of social systems as an effort to establish limits and frontiers, where the change system of the market can operate.

The author concludes that the delimitation of social systems transcends the conventional dichotomy between capitalist and socialist developmental orientations.

Finally, the author suggests that perhaps an alternative can emerge for the society centered in the market from the incipient stage of institutionalization we are facing now.



***Anote aí os
endereços das
livrarias da
Fundação Getulio Vargas***

No Rio, Praia de Botafogo, 188

Em São Paulo, Av. Nove de Julho, 2029;

Em Brasília, CLS 104, Bloco A, Loja 37